

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 16, número 2 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Tem Homofóbico no Rolê: Um Debate sobre Processos de Disputa Territorial no Lazer Noturno LGBTI+ na Porção Central de Florianópolis

*Hay Homófobos en la Rueda: Un Debate sobre los
Procesos de Disputa Territorial en el Ocio Nocturno
LGBTI+ en la Zona Central De Florianópolis*

*There are Homophobic People in the Area: A Debate
about Territorial Dispute Processes in LGBTI+ Leisure
Time in the Central Area of Florianópolis*

Bruno Jordão de Miranda

Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil
brunojordoademiranda@gmail.com

Renata Rogowski Pozzo

Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil
renata.pozzo@udesc.br

Como citar este artigo:

MIRANDA, Bruno Jordão de; POZZO, Renata Rogowski. Tem Homofóbico no Rolê: Um Debate sobre Processos de Disputa Territorial no Lazer Noturno LGBTI+ na Porção Central de Florianópolis. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 2, p. 262-285, 2025. ISSN 2177-2886. DOI: <10.5212/Rlagg.v.16.i2.0013>.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Tem Homofóbico no Rolê: Um Debate sobre Processos de Disputa Territorial no Lazer Noturno LGBTI+ na Porção Central de Florianópolis

Hay Homófobos en la Rueda: Un Debate sobre los Procesos de Disputa Territorial en el Ocio Nocturno LGBTI+ en la Zona Central De Florianópolis

There are Homophobic People in the Area: A Debate about Territorial Dispute Processes in LGBTI+ Leisure Time in the Central Area of Florianópolis

Resumen

Este artigo debate a ocupação e negociação territorial em espaços de lazer noturno LGBTI+, em Florianópolis, nos anos 2010, focando na boate 1007 e nos Bailes do Madalena. Explora disputas por pertencimento, segurança e visibilidade entre públicos queer e não queer, influenciadas por marcadores sociais como raça e classe. Em espaços fechados, a segregação microterritorial moldou os conflitos; nos eventos abertos, a interação entre diferentes grupos marginalizados gerou novas tensões. Com metodologia mista, que combina análise documental, entrevistas semiestruturadas e netnografia, o estudo revela a adaptação da população queer na busca por expressão e resistência.

Palabras-Clave: Territorialidade queer; Lazer noturno; Microterritorialidade; LGBTIfobia; Prática espacial.

Resumo

Este artículo analiza la ocupación y la negociación territorial de los espacios de ocio nocturno LGBTI+ en Florianópolis durante la década de 2010, centrándose en la discoteca 1007 y en los Bailes do Madalena. Explora las disputas por la pertenencia, la seguridad y la visibilidad entre el público queer y no queer, influenciadas por marcadores sociales como la raza y la clase. En espacios cerrados, la segregación microterritorial generó conflictos; en eventos abiertos, la interacción entre diferentes grupos marginados generó nuevas tensiones. Mediante una metodología mixta que combina análisis documental, entrevistas semiestruturadas y netnografía, el estudio revela las adaptaciones de la población queer en su búsqueda de expresión y resistencia.

Palavras-Chave: Territorialidade queer; Ocio nocturno; microterritorialidade; LGBTIfobia; Prática espacial.

Abstract

This article analyzes the occupation and territorial negotiation of LGBTI+ nightlife spaces in Florianópolis in the 2010s, focusing on the 1007 nightclub and Bailes do Madalena. It explores struggles for belonging, safety, and visibility between queer and non-queer audiences, influenced by social markers such as race and class. In closed spaces, microterritorial segregation shaped conflicts; in open events, interaction between different marginalized groups generated new tensions. Using a mixed methodology that combines documentary analysis, semi-structured interviews, and netnography, the study reveals the adaptations of the queer population in its search for expression and resistance.

Keywords: Queer territoriality; Night leisure; Microterritoriality; LGBTIphobia; Spatial Practice.

Bruno Jordão de Miranda, Renata Rogowski Pozzo



Introdução

Este artigo debate as dinâmicas de ocupação de espaços de lazer noturno pelas populações LGBTI+¹ na porção central de Florianópolis, dando enfoque às interações, tensões e disputas territoriais entre públicos queer e não queer durante as suas práticas espaciais. Utilizando metodologia mista, buscamos compreender como microterritorialidades² conformadas tanto em boates, quanto em espaços abertos funcionam como espaços de refúgio e expressão, mas também como locais de conflitos e negociações identitárias. A pesquisa ilumina os desafios enfrentados pela população LGBTI+ na preservação dos seus espaços de pertencimento, sem ignorar as discriminações entre próprios sujeitos queer em relação a outros marcadores identitários.

Exploramos, ao longo do texto, como a ocupação de espaços noturnos reflete a gestão entre exposição e ocultamento identitário. Além de como boates e ruas desempenham papel central na vida queer – tanto como palcos de expressão quanto como arenas de disputas. Para isso, analisamos a transformação da boate 1007 ao longo dos anos 2010, no qual a crescente presença de frequentadores homens heterossexuais cisgêneros comprometeu a percepção de segurança e pertencimento do público queer. E, paralelamente, investigamos a ocupação das ruas do Centro Leste³ por eventos como o “Baile do Madalena”, realizado em espaços tradicionalmente frequentados pela população LGBTI+, e o processo de reivindicação da rua como território de lazer noturno por outros grupos não queer atravessados por marcadores de raça e classe dissidentes.

O estudo empregou uma abordagem metodológica mista para captar diferentes percepções sobre as dinâmicas de ocupação estudadas e os conflitos presentes. Para isso, utilizou-se análise documental, entrevistas semiestruturadas e netnografia⁴. A revisão de registros jornalísticos e acadêmicos mapeou conflitos e intervenções policiais nos espaços estudados. Foram conduzidas sete entrevistas semiestruturadas com DJs e produtores de festas que frequentam o Centro Leste, a fim de entender percepções sobre segurança e pertencimento⁵. As entrevistas destacaram o impacto das ações policiais e da presença do público funkeiro, e foram fundamentais para a categorização dos sujeitos como majoritariamente heterossexuais e cisgêneros.

1 Será adotado LGBTI+ como o acrônimo representativo das dissidências sexuais e de gênero ao longo do texto. Tal decisão segue às deliberações das Conferências Nacionais LGBTI+ sobre o tema e a escolha de uso dessa sigla por organizações brasileiras como Aliança Nacional LGBTI+, Acontece LGBTI+, TODXS, Grupo Dignidade, Grupo Arcoíris e Grupo Gay da Bahia, em lugar de outras variações (LGBT, LGBTQ+, LGBTQIA+, etc.). Para evitar repetições, também será utilizado o termo “queer”, entendido aqui não como identidade à parte, mas como sinônimo da sigla e conceito dos estudos críticos do sistema sexo-gênero. De tal modo, ambos os termos serão empregados para designar vivências não heterocisnormativas.

2 partir dos conceitos empregados sobre microterritorializações e microterritórios do geógrafo Benhur Pinos Costa (2007), entenderemos microterritórios como a escala geográfica da interação de grupos e indivíduos no espaço público e semipúblico, como uma pista de dança e um trecho de uma rua.

3 Uma porção espacial central na sede insular da capital, ao leste da Praça XV, atualmente conhecida pela grande quantidade de bares e estabelecimentos voltados à juventude.

Por fim, realizamos uma netnografia nas redes sociais Facebook e X (antigo Twitter), analisando postagens sobre os eventos estudados. Esse método permitiu acompanhar debates digitais sobre o “Baile do Madalena” e a boate 1007, revelando percepções, tensões e mobilizações online. Além disso, a netnografia auxiliou na percepção de padrões de discurso, mobilização e contestação digital, enriquecendo a compreensão das dinâmicas territoriais e simbólicas em jogo também no campo digital.

As dinâmicas analisadas evidenciam a constante negociação pelo espaço e a adaptação da população queer na busca por territórios de segurança para expressão.

Além disso os estudos apresentaram que tanto os espaços fechados quanto os abertos podem ser campos de tensão que refletem disputas de pertencimento que extrapolam a questão da orientação sexual e identidade de gênero, envolvendo também dinâmicas de classe e raça. Ao analisar essas disputas, o estudo contribui para uma leitura crítica das relações sociais e da construção de territórios urbanos, reforçando a importância de se compreender o espaço a partir da diversidade dos sujeitos e como um campo de forças em constante transformação.

A gestão de exposição e ocultamento identitário

Compreender os processos de representação e de construção identitária da população LGBTI+ e a forma como este grupo produz suas territorialidades permite reconhecer que, assim como ocorre com a sexualidade, o processo de representação de espacialidades mediada pela noção de paisagem também pode “colocar ao armário” imagens e símbolos que remetem a sujeitos marginalizados, por meio de mecanismos de gestão da exposição identitária⁶.

No entanto, essas características, signos e indivíduos que a conformam não necessariamente estão de acordo com a visão heterocisnormativa de mundo. A partir de tais interesses, uma representação de uma espacialidade pode estar em consonância ou em contradição ao conteúdo “por trás” da mesma (Souza, 2015). Afinal, os signos que a conformam não têm vida própria e não são

4 “A netnografia (nethnography=net+ethnography), método predominantemente usado para análise das mídias sociais” (Soares, 2021 apud Santos; Gomes, 2013). Ela é uma adaptação da etnografia tradicional para o contexto digital, focada no estudo de comunidades e culturas online. O método se baseia na observação das interações mediadas por tecnologia, como em redes sociais, fóruns e outras plataformas digitais. A principal característica desse método é sua flexibilidade, permitindo que os pesquisadores escolham diferentes níveis de envolvimento (desde observação passiva até participação ativa) para estudar os comportamentos e significados atribuídos pelos participantes da internet. Ao contrário da etnografia clássica, que envolve a imersão no campo físico, a netnografia trabalha com a coleta de dados online, aproveitando as vantagens de acesso rápido e documentação automática das interações (Soares, Stengel, 2021).

5 Essa escolha partiu da percepção desse grupo como um coletivo de sujeitos que devido a profissão necessariamente precisam circular por diferentes espaços e analisar quais são os diferentes públicos frequentadores dos mesmos.

6 A personalidade de um lugar “se apoia num amplo conjunto de identidades- história; costumes; arquitetura; urbanismo com suas ruas, barrancos e bocas malditas; detalhes e adornos; tipos humanos, e suas relações com o meio e a região; formas linguísticas: mitos; fantasmas e aparições da santa; esconderijos; sons específicos; astral; segredos [e etc.] (...)” (Yásigi, 2001, p. 358).

autoexplicativos (Santos, 1996). A representação paisagística, por vezes, possui um caráter cenográfico de viés ideológico, que “engana” o observador e “atua no sentido de naturalizar, estabilizar e tornar aparentemente universais as relações sociais que são contingentes” (Wylie, 2007, p. 133 apud Souza, 2015, p. 50)⁷. Portanto, devemos desconfiar do que é representado, já que “as paisagens podem ser concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social” (Schama, 1996, p. 10 apud Stigliano, p. 635). Precisamos analisar as paisagens através das suas contradições, pois suas representações são meios para perceber e refletir sobre os modos de vida, de pensamento e ideias de futuro de grupos de poder (Martins, 2001 apud Souza 2015, p. 52). Assim, o imaginário que um indivíduo tem sobre um lugar é relacionado com a forma com que esse lugar é representado paisagisticamente. Já essa forma de representação pelas instituições não necessariamente inclui visões marginalizadas que também conformam essa espacialidade.

Ao entender uma imagem como um conjunto de signos que representam uma ideia de cidade, a representação dessa imagem se torna uma forma de expressão de valores ideológicos conformadores também de normas de comportamento (Cortés, 2008). Os sentidos e ideias por trás dessas imagens são construídos num jogo entre o que se vê, mas também pelo que não se vê (Hall, 2006). Lefebvre (1991, p.131) discorre sobre esse processo de gestão de exposição da linguagem e consequentemente das imagens, dizendo que “a linguagem faz os seus valores. [...] faz o cotidiano; ela é o cotidiano e o ilude; máscara-o recusando-se a desvendá-lo. [...] [a linguagem] dissimula o cotidiano, enfeitando-se de retórica e de imaginário.” Desse modo, a linguagem tem papel na elaboração do imaginário por trás da ideia do que é formalmente a cidade e sobre os indivíduos pertencentes desse território (Hall, 2006; Villaça, 1986)⁸.

A representação dos espaços públicos serve como instrumento da manutenção da estrutura de poder, a qual delimita e materializa um território que é sempre entendido de uma identidade coletiva (Arendt, 1983 apud Souza, 1985, 2013). Segundo Arendt (1983) tal poder não é uma “entidade imutável, mensurável e confiável” (apud Souza, 2013, p. 86). De tal modo, conclui-se que um território também não possui tais características. Sendo assim, “o poder só se exerce com referência a um território e, muito frequentemente, por meio de um território” (Souza, 2013, p. 87)⁹.

7 Em outras palavras, assim como um homem gay pode fingir que não é gay a partir do controle de trejeitos e com a escolha de um vestuário culturalmente entendido como masculino, uma espacialidade pode ser representada de modo a esconder ou cancelar tudo aquilo que não vai ao encontro do imaginário dos grupos hegemônicos.

8 Na psicanálise, Dunker (2017) define esse processo como a construção de uma geografia imaginária, que tem efeitos reais de segregação e é construída de discursos e de um regime visual, o qual nos faz achar natural que tais fronteiras sejam criadas no espaço público.

9 Ainda nesse debate, Cortés (2008, p. 126) pragmatiza o conceito ao afirmar, por meio de McDowell (2000, p. 15), que territorialidades “surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem permanece excluído”. (McDowell, 2000, p. 15).

Em uma mentalidade na qual “a classe dominante produz [...] uma ideologia que muito facilita seu controle sobre a produção do espaço construído urbano” (Villaça, 1986, p. 47), o espaço público e a sua representação não são neutros à realidade, mas são políticos justamente por serem socialmente construídos sob a lógica de controle social, individual e territorial pelos grupos hegemônicos (Cortés, 2018).

As relações de poder que perpassam o conceito de territorialidade também carregam dimensões culturais e simbólicas representativas de uma lugaridade. Pode-se afirmar que sobre um território, um grupo hegemônico “estabelece [...] hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros” (Cortés, 2008, p. 135)¹⁰. A territorialidade é “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (Raffestin, 1993, p. 160).

Portanto, é no processo simbiótico entre a mentalidade social heterocêntrica e ciscêntrica, no espaço do Centro Leste, no tempo atual de embate político e cultural pelos direitos à cidade para sexualidades e identidades de gênero dissidentes que a presente análise se desenvolve para debater não apenas o presente, mas também o nosso passado recente, já que as tensões espaciais “são o resultado da ação social deliberada e de um processo de conflito, de enfrentamento e de resistência a essa hegemonia por parte dos novos atores da história” (Cortés, 2008, p. 28).

No entanto, aqui é importante relembrar que tais conflitos e tal processo de dominação institucionalizado podem ganhar sentidos paradoxais a partir da articulação de entre processos de controle e a multiplicidade identitária dos sujeitos coletivos no espaço¹¹.

O estudo sobre uma territorialidade, seja ela qual for, além de ser sobre as relações espaciais marcadas pelo poder, também é um mergulho simbólico sobre como tal territorialidade e relações de poder se vinculam com os aspectos identitários e imagéticos do sujeito, seja ele coletivo ou individual. A identidade coletiva de um grupo é um fator preponderante para a constituição das relações de poder e territoriais que perpassam o mesmo. De tal modo, Haesbaert defende que os:

espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Neles há (...) territórios (...) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material. É o que autores como Poche (1983) denominam “espaços de referência identitária”, a partir dos quais se cria uma leitura simbólica, (...) que emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva, que neste caso também é uma identidade territorial. (2021, p.149).

10 Tal entendimento também parte da compreensão de que a territorialidade é “a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu meio. Isso dito, não se trata de uma soma matemática, mas de uma totalidade de relações biossociais em interação” (Raffestin, 1993, p.160).

11 A classe social não se sobrepõe aos demais marcadores a partir da compreensão da existência de outras relações de dominação - como as sexuais, raciais, corporais, de gênero, de idade e etc.- que apesar de se articularem entre si e com o capitalismo, não são exclusivas e únicas nesse sistema (Almeida, 2019; Jesus, 2013).

Logo, as identidades são forjadas também a partir dos aspectos representativos e simbólicos de um território (Haesbaert, 2021, p. 149). Desse modo, a representação do mesmo surge como um mecanismo de dominação que mantém o status quo (Cortés, 2008). Na lógica dessa ordem social, “as orientações sexuais não heterossexuais são vivências de desejo condenadas à invisibilidade e à estigmatização devido a crença compartilhada da superioridade da heterossexualidade” (Jesus, 2013).

Portanto, as representações espaciais, territoriais e culturais podem ser lidas como um instrumento possível para a manutenção ou imposição de uma territorialidade e lugaridade heterocisnormativas pelos que estão ao centro do poder. Por outro lado, ainda nesse campo, a representação pode ser utilizada por grupos à margem como forma de reivindicação espacial em processo de subversão da forma, da estética a partir da espontaneidade, na escala do microterritório, da criação de marcas marginais no substrato material representante da universalidade arquitetônica tida como normal, que além de englobar os códigos arquitetônicos em si, também engloba as práticas espaciais aceitas dentro do código de comportamento urbanístico. O que Costa (2020) definiu como heterotopia¹² urbana.

A partir desse conceito,

temos as materialidades como construções simbólicas de perturbações das formas/coisas/sentidos à priori (formas universalizantes e massificadoras), produzidas pelas relações dos coletivos e pessoas que vivem cotidianamente os espaços sociais. Aqui temos as formações simbólicas de coisas materiais dadas pelas construções simbólicas de grupos específicos, sejam eles regionais, sejam eles locais. Isso poderá ser entendido, então, como formas “heterotópicas” de construções dos espaços urbanos, em uma perspectiva foucaultiana, ou, então, os “espaços de representações”, de Lefebvre (2013), em contraponto às formas utópicas (Focault, 2013) e as “representações de espaço” (Lefebvre, 2013). Temos, assim, as dualidades das materialidades: os paradoxos entre as produções materiais formais dos espaços sociais (as “utopias” e as “representações do espaço”) e as vivências criativas e autênticas sobre/em contraponto destes espaços primeiros (as “heterotopias” e os “espaços de representações”) (Costa, 2020, p. 24).

Ao nosso ver, essa vivência criativa dos espaços de representações é uma característica típica do processo da construção da forma da microterritorialização, já que “remete a construção de uma micropaisagem que revela o encontro de um conjunto de corpos em um grupo ou agregado social” (Costa, 2002; Pedroso, 2007 apud Costa, 2017, p. 18).

No espaço urbano, esse processo pode ser observado tanto em intervenções artísticas de maior permanência quanto em expressões efêmeras como lambes, pichações, tags, poemas, cartazes de festas e adesivos políticos.

12 As “heterotopias”, que são as ações que produzem outros sentidos e usos das formas “utópicas” da cidade e que se “atravessam” entre o urbano como vivências criativas dos espaços (públicos, por exemplo) (Costa, 2020, p. 24).

Conjuntamente, tal processo reivindicatório de um território também ocorre contemporaneamente no campo das redes sociais por meio de postagens em texto, foto e vídeo. Esses elementos não apenas marcam o território, mas também funcionam como dispositivos de afirmação e de negociação identitária, possibilitando a criação de zonas de pertencimento e segurança emocional em meio às tensões da vida urbana.

A paisagem de um microterritório não se reduz à dimensão visual, mas envolve práticas espaciais e culturais que moldam experiências coletivas, como a música, a dança, o beijo, o flerte, a maquiagem, a performance e a própria circulação nos espaços noturnos. Essas práticas, concomitantemente ao processo presença da alteridade no estar juntos, geram atmosferas estéticas que produzem reconhecimento, mas também se tornam alvo de disputas, reapropriações e violências simbólicas e materiais – como observaremos nos capítulos seguintes.

Nesse sentido, os aspectos materiais e imateriais das territorializações queer precisam ser entendidos como em constante sobreposição, diálogo e embate com outras microterritorializações e com a ação normativa dos poderes instituídos. As marcas deixadas no espaço coexistem com memórias de grupos passados e com disputas atuais, revelando que a constituição dos territórios queer é sempre relacional, tensionada por forças de resistência e de controle.

Por fim, do ponto de vista do indivíduo LGBTI+, a gestão da exposição e do ocultamento identitário pode representar segurança emocional no espaço público. Tendo em vista que a discriminação LGBTIfóbica ameaça o indivíduo, há necessidade de gestão da exposição e omissão dos signos performáticos relacionados a identidades sexuais e de gênero (Ro; Olson, 2014 apud Cardoso, 2019), como trejeitos, modos de portar e de se vestir no espaço público, no contexto de violência e performance LGBTI+. No que diz respeito à mobilidade urbana, a locomoção a pé se constitui em um desafio a mais dos indivíduos por entre os espaços da cidade (Carvalho, 2008, p. 5 apud Araruna, 2017, p. 139). Portanto, o transitar e permanência de pessoas queer também perpassa a gestão de exposição dos signos performáticos da sua identidade a partir da sensação de segurança física, afetiva e emocional.

Tem homofóbico na pista de dança: a modificação da rede de espaços a partir da disputa territorial dentro da boate

Na década de 2010, com dados pesquisados pelo movimento social, pode-se afirmar que a LGBTIfobia existe no país, que o grupo precisa de maior segurança no espaço público e que os processos discriminatórios enfrentados nas cidades brasileiras são alarmantes. A partir de 2011, inicia-se no Brasil a divulgação de dados sobre mortes por LGBTIfobia. Esses dados confirmaram que o Brasil é o país que mais mata LGBTI+s no mundo (GGB, 2019¹³).

Apesar da escassez de dados oficiais e da percepção de que a LGBTIfobia no país é mais empírica do que documentada (Gênero e Número, 2019; Silva, 2018; Politize, 2018), os números da GGB reforçaram a compreensão coletiva

13 Apesar de não haver muita informação sobre os fatores por trás da realização desses crimes. Além de não haver dados sobre a extensão de violências anteriores ao assassinato em si - desde violência verbal, assédio moral, tratamento discriminatório, entre outros. (GGB, 2019).

de que o grupo LGBTI+ não se vitimizava, mas sim vivenciava uma realidade de violência sistemática. Essa confirmação científica da percepção histórica da LGBTIfobia, aliada à reivindicação de direitos, influenciou as práticas de lazer noturno e os processos de ocupação territorial queer no centro de Florianópolis, inclusive em espaços fechados.

A boate 1007 foi inaugurada em Florianópolis, próxima à cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz e do Parque da Luz – reconhecida área de cruising. Localizada em uma região historicamente ligada à prostituição¹⁴, o espaço atraiu a ocupação de pessoas LGBTI+ e mulheres cis hetero aliadas fãs de música pop. No início da década, Daniel Santos descreveu o 1007 como um espaço da juventude, “gay friendly, com um público semelhante ao do Jivago, mas também interessado em rock” (Santos, 2010, p. 100). Em páginas de turismo LGBTI+, o local era descrito como “ponto de encontro de todas as tribos de Florianópolis” (Côrrea, 2013).

De um espaço pequeno e alternativo, a boate 1007 se transformou, no final da década, em um conglomerado com filiais em São Paulo e Rio de Janeiro, tornando-se popular turisticamente. Essa transição do underground para o mainstream permitiu refletir sobre os conflitos entre o sujeito queer e o homem cis hetero homofóbico. Com o tempo, a fama da boate e seu público mudaram, e, no fim da década, a imagem do 1007 foi associada a escândalos de homofobia. A presença de homens cis heterossexuais gerou eventos LGBTIfóbicos, influenciados pela popularidade do local e pela mudança na percepção do sujeito queer na sociedade. O novo público visava flertar com mulheres cis heterossexuais, frequentemente acompanhadas de amigos gays ou bissexuais. Araujo (2018) observa que, no final da década, o público da boate se tornava visivelmente mais heterossexual. A partir de entrevistas anônimas, relatos de homofobia foram registrados, incluindo perguntas sobre violência em espaços que os entrevistados consideravam queer. Como resposta Araújo obteve como relato:

Já fui humilhado e ridicularizado no 1007 por um rapaz que gostaria de se dirigir a mim me chamando de viadinho, bixinha, baitola (Relato coletado por Araújo, 2018)

A homofobia e a transfobia afetam a população queer diariamente, desde em relação à exposição de afeto em público até a performance identitária, que envolve trejeitos, vestimenta, estética e sonoridades. A performance no lazer noturno é especialmente expressiva para dissidências sexuais e de gênero, ocorrendo em boates, ambientes menos fiscalizados pela LGBTIfobia institucional presente em espaços de estudo e trabalho. Assim, a violência de ser ridicularizado em um espaço que deveria ser de pertencimento é intensa. Além de casos explícitos de homofobia no 1007, surgiram relatos de tensão entre a população LGBTI+ e a presença de homens cis heterossexuais em espaços queer. Esse “incômodo” não era gratuito, sendo acompanhado de

14 O passado conectado a prostituição fazia parte da sua ambientação e atrativo. Isso fica claro quando a jornalista diz na reportagem que “o clima de ex-bordel continua nas paredes e na decoração do local. [...] No momento, é considerada a melhor balada underground da Ilha” (Côrrea, 2013).

descrições de LGBTIfobia¹⁵. A exemplo, o pesquisador obteve tais respostas sobre os sofrimentos:

*Assédio de homens não LGBT (Relato coletado por Araujo, 2018).
Sim, em baladas, assédios de homens por estar com minha namorada
(Relato coletado por Araujo, 2018).*

Em ambos os casos os relatos expõem um tipo específico de LGBTIfobia, que é a lesbofobia. Essa violência envolve aspectos específicos do ser mulher e é conectada a fetichização dos afetos e corpos lésbicos como submissão ao desejo masculino. Em outras palavras, é como se essa sexualidade não existisse por si só e fosse uma ferramenta do prazer do homem cis heterossexual. Em outros relatos, o autor também apresenta esse sujeito masculino como autor de violências¹⁶ em espacialidades queer:

*É rotineiro as pessoas olharem para você com um certo tom de julgamento pela forma que você está vestido. Também já fui empurrado e homens heterossexuais inticaram (Relato coletado por Araujo, 2018).
De héteros que querem dividir esse espaço, mas não respeitam as diferenças e empurram de propósito (Relato coletado por Araujo, 2018).*

Por fim, o pesquisador Marcelo Araujo (2018) apresenta esse relato mais extenso sobre o sofrimento passado em espacialidades de sociabilidade LGBTI+ em Florianópolis:

Sofro em regra, pelos homens cisgêneros heterossexuais que frequentam esses lugares, com olhares pejorativos, tratamentos grosseiros, ignorância e arrogância, a partir do momento que se encontram bêbados, se permitem uma expressão maior de violência e agressividade, coligado com o fato social de estarem em grupos comumente, o que proporciona uma maior expressão desses fatores, e que acabam por se acharem dominadores daquele local, prejudicam quem tem tais locais como seu meio de lazer no centro de Florianópolis (pessoas LGBTI's) (Relato coletado por Araujo, 2018).

Novamente, apesar dos relatos coletados por Araujo (2018) não serem

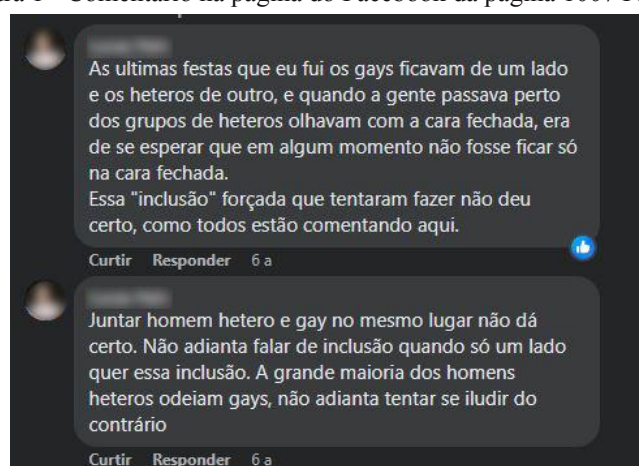
15 Afirmações contemporâneas como as de "heterofobias" podem ser descartadas, pois não correspondem à realidade vivida por essas populações.

16 As descrições de violência nesse espaço LGBTI+ reverberam em mim, levando-me a me posicionar como autor deste artigo, por ser uma pessoa queer que já vivenciou violências físicas semelhantes no 1007, durante o mesmo período histórico, por pessoas com os mesmos marcadores. Fui prensado contra uma parede por um homem, provavelmente cis e heterossexual, que justificou sua agressão alegando que eu teria "olhado feio" para seu amigo. Ele me ameaçou dizendo que, se eu olhasse novamente, me "encheria de porrada". Essa experiência me fez parar de frequentar o 1007, um lugar onde vivi momentos importantes: o primeiro beijo com uma pessoa gay, a oportunidade de experimentar vestimentas e brincar com minha performance, e onde pude vivenciar abertamente minha identidade queer. Contudo, apesar dessas experiências de LGBTIfobia, não estou omitindo informações que possam contrariar essa percepção sobre o lugar e o período.

exclusivamente sobre a boate 1007, revelam a experiência de LGBTIfobia da população queer em espacialidades de lazer noturno no centro, nesse período. Esse aspecto de disputa territorial que aparece nas entrevistas coletadas pelo autor está presente em comentários feitos por frequentadores da casa, em uma postagem na rede social Facebook, na qual o estabelecimento se desculpa por um caso específico de violência LGBTIfóbica que teria ocorrido dentro da boate, em 2017, partindo de um homem identificado como cis e heterossexual.

Esses relatos de violência e assédio revelam não apenas a presença de práticas LGBTIfóbicas em contextos de lazer noturno, mas também a produção de divisões microterritoriais dentro dos próprios espaços queer, como reforçado em comentários na página da 1007 que apontavam para a separação entre frequentadores gays e heterossexuais (Figura 1).

Figura 1 - Comentário na página do Facebook da página 1007 Floripa

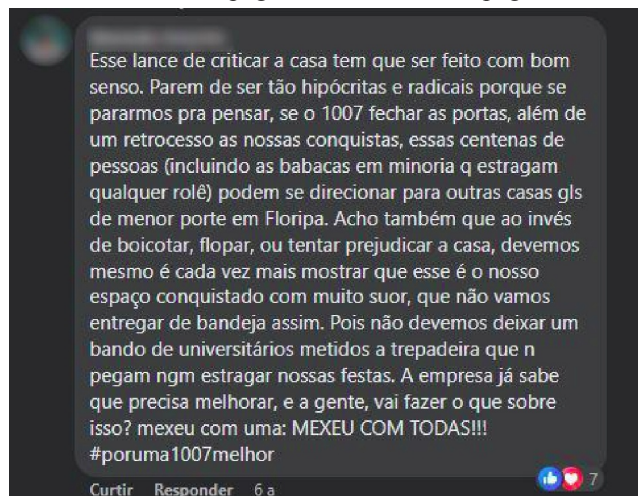


Fonte: Captura de tela alterada pelo autor e extraída em 20/10/2023.

Essa segmentação espacial, longe de ser neutra, reflete disputas de pertencimento e estratégias de gestão identitária frente à presença de sujeitos não queer em um território antes reconhecido como seguro. As reações indignadas de usuários nas redes sociais (Figura 2) diante de um fim da sensação de segurança demonstram como esses locais são reivindicados como territórios próprios, cujas marcas simbólicas e afetivas não se restringem às paredes do estabelecimento, mas atravessam o imaginário coletivo sobre tal espaço. Nesse sentido, as tensões entre apropriação hegemônica e resistência queer evidenciam que a boate não é apenas um local de lazer, mas também um campo de batalha territorial, no qual se disputam visibilidade, memória e direito ao espaço seguro para expressão da própria sexualidade e gênero.

As interações nas redes sociais reforçam a complexidade dessas disputas, evidenciando tanto o afastamento quanto a reivindicação do pertencimento queer em relação à boate 1007. A linguagem de memes entra nesse campo sendo utilizado pelos próprios frequentadores como protesto na página do estabelecimento (Figura 3). No meme o acrônimo em inglês RIP (rest in peace - descanse em paz) de modo a reafirmar que para eles, aquele espaço agora estava morto e não os pertencia mais. Nos comentários abaixo, demonstraram a desconexão no campo do pertencimento e das lugaridades queer - “Hoje não reconheço o lugar”.

Figura 2 - Comentário na página do Facebook da página 1007 Floripa



Fonte: Captura de tela alterada pelo autor e extraída em 20/10/2023.

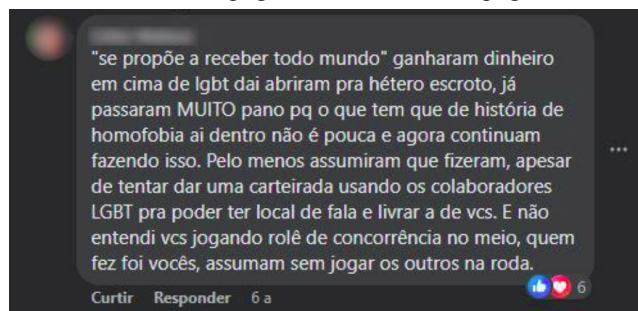
Figura 3 - Meme utilizado na página do Facebook da 1007 Floripa



Fonte: Captura de tela alterada pelo autor e extraída em 20/10/2023.

Em um tom também crítico, os comentários dos frequentadores expressam indignação diante da apropriação mercadológica de suas identidades (Figura 4), denunciando o uso da estética e da performance queer apenas como recurso lucrativo, associado ao pink money. Essas reações mostram que a disputa territorial no 1007 não se deu apenas no plano físico da boate, mas também no campo digital e simbólico, onde se tensionam sentidos de pertencimento, autenticidade e reconhecimento.

Figura 4 - Comentário na página do Facebook da página 1007 Floripa



Fonte: Captura de tela alterada pelo autor e extraída em 20/10/2023.

Tais relatos sobre modificação de público também foram os principais pontos que apareceram, quando foram pesquisadas as categorias “1007” e “público” na rede social X, antigo Twitter. Uma série de reclamações sobre a modificação de público foram observadas e além de pouca descrição sobre uma categoria de subgrupo específica. Tais fatos demonstram tanto que o incômodo com a presença da população heterossexual, nesse momento histórico, se popularizou, quanto que tal espacialidade era pertencente a um público LGBTI+ mais amplo e que o lugar possuía uma identidade mais generalizada, de modo a incluir diversos subgrupos queer.

O medo de enfrentar a LGBTIfobia pode influenciar a maneira como as pessoas se comportam, o que, por sua vez, afeta onde elas escolhem passar seu tempo e o que elas fazem nesses lugares. De tal modo, o processo de disputa territorial percebido no 1007 durante o final da década de 2010 evidencia como múltiplos aspectos imagéticos, políticos e mercadológicos influenciam o processo de produção territórios queer e como as práticas espaciais de grupos não queer influenciam no conforto espacial para as práticas de lazer das populações LGBTI+.

Tem homofóbico no pedaço e vai bater polícia! Baile do Madalena e as disputas territoriais entre dissidentes

A instalação dos bares La Kahlo e Madalena marcou o início da ocupação das vias públicas por mais de 3 mil pessoas (Igor, 2019) em frente aos espaços LGBTI+. Isso intensificou a transformação do Centro Leste em um ponto de entretenimento para a juventude florianopolitana, estendendo-se à população não LGBTI+. A popularização da área foi evidenciada pela modificação viária em 2019, quando o poder público municipal fechou o trecho da Victor Meirelles entre os bares No Class e Madalena durante a noite, devido à obstrução do tráfego por jovens. Esse fenômeno, iniciado na Avenida Hercílio Luz e Rua Victor Meirelles, se espalhou para ruas próximas, como Tiradentes, João Pinto e Nunes Machado, resultando em um grande prejuízo à circulação de veículos, tornando-a, por vezes, inviável durante o período noturno.

Tem Homofóbico no Rolê: Um Debate sobre Processos de Disputa Territorial no Lazer Noturno LGBTI+ na Porção Central de Florianópolis

Figura 5 - à esquerda, comemoração de eleitores do Presidente Lula durante a apuração da eleição de 2022, a frente do Bar Bugio, na Rua Victor Meirelles. A direita, ocupação da Avenida Hercílio Luz, após a vitória do presidente, a frente do abandonado prédio do Clube Doze



Fonte: Elaboração própria.

Em meio às diversas formas de ocupação LGBTI+ no Centro Leste, outros grupos não queer também circulam nesses espaços. Nos últimos anos, percebe-se a presença crescente de novos atores nesse cenário de convivência, negociação e, por vezes, disputa territorial e simbólica – como a juventude heterossexual cisgênero de classe média progressista, geralmente ligada ao Partido dos Trabalhadores ou a partidos de esquerda, além daqueles sem acesso a lazer pago, incluindo moradores dos morros próximos à Avenida Mauro Ramos, independentemente de identidade de gênero ou orientação sexual.

Considerando que as ruas das cidades brasileiras são palco de muitos dos principais conflitos vividos pela juventude LGBTI+ de diferentes classes sociais (Gênero e Número, 2019) e que o Centro Leste se consolidou no imaginário queer como um espaço público voltado ao lazer e entretenimento, é natural que essas tensões também se manifestem no convívio com outros grupos marginalizados e na interação com as forças de segurança.

Esses múltiplos grupos não queer também deixam suas marcas, criam seus imaginários e geram encontros conflituantes que interferem na organização espacial, seja a partir de práticas espaciais relacionadas ao lazer, seja a partir do trabalho. Tanto as ações policiais contra a perturbação da “paz e silêncio” (Vieira, 2019; NSC TV, 2019), quanto o surgimento dos casos de LGBTIfobia com uma ocupação de um público heterossexual e cisgênero na Rua Victor Meirelles e Rua Tiradentes são características desses conflitos. De tal modo, os embates simbólicos ganham aspectos complexos de opressão e negociação, a partir da sobreposição dos diversos significados que esses espaços e tais práticas espaciais trazem identitariamente para os diferentes grupos sociais

Bruno Jordão de Miranda, Renata Rogowski Pozzo

**Tem Homofóbico no Rolê: Um Debate sobre Processos de Disputa Territorial
no Lazer Noturno LGBTI+ na Porção Central de Florianópolis**

queer e não queer durante a noite.

A diferença entre as identidades frequentadoras do Centro Leste foi notada pelo comentarista Renato Igor (2019), para a CBN Diário, quando afirmou que na área havia “várias tribos juntas, com hábitos e comportamentos diferentes” em um artigo que refletia os novos conflitos presentes no Centro Leste. O demonstrativo maior de tal fato foram os surgimentos, por pouco tempo, dos “Bailes do Madalena” no final de 2019 e começo de 2020. Tais eventos eram organizados pelas redes sociais, sem a participação do Bar Madalena na organização do mesmo (como apresentado na Figura 7), para a ocupação da Rua Victor Meirelles e cruzamento com a Avenida Hercílio Luz - à frente do Instituto Estadual de Educação.

Figura 6 - Baile do Madalena, na Rua Victor Meirelles com visão da Avenida Hercílio Luz, à frente do Instituto Estadual de Educação



Fonte: @madalenabaile (2019).

O “Baile” era uma espécie de baile funk em espaço público voltado para um grupo que conjecturo ser majoritariamente de moradores da periferia da grande Florianópolis, heterossexuais e cisgênero¹⁷. O que nos leva a uma situação curiosa de um Baile funk de público periférico heterocisnormativo ter como título o nome de um bar conhecido por ter um público jovem LGBTI+ da classe média, o bar Madalena.

17 A partir de uma observação empírica de: trajetos de deslocamento até o local, como o fluxo do grupo proveniente do Terminal de ônibus central; uso de vestimentas de marcas popularizadas entre “funkeiros”; sonoridade e letras das músicas tocadas em caixas de som que remetem a vida periférica e práticas afetivas heterossexuais; acompanhamento dos chamamentos para os bailes nas redes sociais; e por último pela observação do “flerte” e azaração entre pessoas hetero e cisgênero provenientes a esse grupo que compartilha da mesma estética, gostos e comportamento.

Após seu surgimento, páginas em redes sociais foram criadas em conexão ao baile, em especial no Instagram. Nelas já se informava de antemão a não conexão do mesmo com os nomes dos comércios locais e apresentava que o nome do mesmo veio a partir dos frequentadores (Figura 7). O que, novamente, reforça a conexão do nome do Baile com a comunidade LGBTI+, por essa ter começado a chamar o nome da rua pelo nome do bar e conjuntamente ter criado a prática de beber na frente dele. De modo, inclusive, a utilizar como linguagem o “ir para o Madalena” como uma ação que não necessariamente significava entrar no bar, mas a de permanecer em rodas de amigos, bebendo à frente do estabelecimento.

Além disso nas páginas do Instagram eram informados o local e horário em que o mesmo ocorreria e também eram expressos códigos de costumes a serem seguidos pelos seus frequentadores, como as práticas para redução de lixo na rua, fortalecendo o reconhecimento coletivo dos frequentadores e a constituição de uma comunidade em torno dessas ocupações temporárias.

Figura 7 - Páginas do Instagram criadas em conexão ao Baile e por onde havia comunicação sobre as atividades



Fonte: Elaboração própria¹⁸.

Com a popularização e a maior presença de população negra e de baixa renda na Rua Victor Meirelles, as batidas policiais, já frequentes, tornaram-se ainda mais constantes e violentas (Luz, 2019). Diante da diversidade de públicos na região, seria simplista atribuir essa intensificação unicamente à chegada dos funkeiros, visto que ações policiais já ocorriam ali. No entanto, ignorar os indícios de conflitos raciais e de classe no Centro Leste para reforçar exclusivamente a narrativa de opressão LGBTIfóbica por parte da polícia significaria dissociar sexualidade e gênero de uma corporalidade também marcada por outros fatores sociais.

Todavia, a LGBTIfobia, como um dos pontos da estrutura heterocisnormativa de mundo, não é representada apenas pela violência física, mas também pela violência psicológica e simbólica. Logo, não podemos ignorar em razão de uma argumentação de exclusividade explicativa aos processos de opressão raciais realizados pelo aparato policial na área. Afinal, ao mesmo tempo em que o espaço público é visto no Brasil como branco, ele também é visto de posse da heterossexualidade e cisgeneridade.

¹⁸ As páginas não existem mais.

Portanto, vale apontar que o medo de sofrer LGBTIfobia no espaço público influencia a performatividade do sujeito queer¹⁹. A exposição ou ocultação da identidade queer, influenciada pelo ambiente, é central na dinâmica territorial do Centro Leste. A hierarquia dos espaços queer, conforme Henning (2008), revela que o valor de um estabelecimento muda com o tempo, dependendo das transformações nas práticas espaciais e no perfil do público. Henning destaca que a presença de pessoas mais velhas ou de baixa renda pode desvalorizar certos espaços dentro dessa lógica (Henning, 2008, p. 84).

Além dessas tensões internas entre subgrupos LGBTI+, atravessadas por outros marcadores sociais, é importante considerar também o impacto da presença de homens cis e heterossexual²⁰ com atitudes LGBTIfóbicas, que se tornam agentes de desvalorização de espaços queer dentro dessa construção hierárquica²¹.

Além do “se sentir pertencente ao grupo e ao espaço”, o risco de sofrer LGBTIfobia em uma espacialidade também é fator decisivo na hora da escolha de em qual espaço o sujeito queer irá ocupar durante a noite, em diversos tempos. A imagem dos lugares se altera de acordo com o encontro com os múltiplos “outros” no espaço e com as “outras práticas”. Assim, modificando também a dinâmica de estigmas e status que as microterritorialidades queer possuem no Centro Leste²².

A renda não é o principal determinante da LGBTIfobia. Pessoas de baixa renda não necessariamente discriminam dissidentes em sexualidade e gênero. Historicamente, houve espaços em que diferentes sexualidades coexistiram sem conflito. O problema apresentado não é a presença de heterossexuais cisgêneros, mas de indivíduos que reproduzem práticas LGBTIfóbicas, sejam eles privilegiados ou marginalizados por raça e classe, deixando evidente como a LGBTIfobia se manifesta de maneira paradoxal nos espaços cotidianos.

Além disso, o homem hetero e cisgênero, mesmo sendo LGBTIfóbico, ainda está sujeito a outras opressões nesses espaços, vindas de lógicas sociais e de outros indivíduos LGBTI+. Uma mulher lésbica, por exemplo, pode ser racista com um homem cis hetero negro em um espaço queer, e um homem negro de baixa renda pode ser LGBTIfóbico com uma pessoa queer de alto poder aquisitivo. Assim, a dinâmica da vida no espaço é paradoxal.

19 De modo que na área um jovem gay pode hesitar em tocar músicas da Pabllo Vittar em uma caixa de som em uma rua movimentada, ao suspeitar a partir da performance das pessoas que circulam ao redor, que ele pode ser alvo de LGBTIfobia enquanto ouve publicamente uma artista drag queen, mas pode se sentir mais confortável tocando músicas de outros artistas. Uma pessoa não binária pode ter medo de corrigir os seus pronomes durante o atendimento num bar ou pode preferir ir em estabelecimentos com banheiros não generificados. Uma travesti sem passabilidade cis pode ter medo de passar na frente de determinada boate, com determinado público, e, portanto, pode realizar trajetos diferentes de outra travesti com passabilidade cis. Uma mulher lésbica com cabelo raspado, pode ter medo de se movimentar por algumas ruas quando não acompanhada de amigos, enquanto outra com cabelo comprido não.

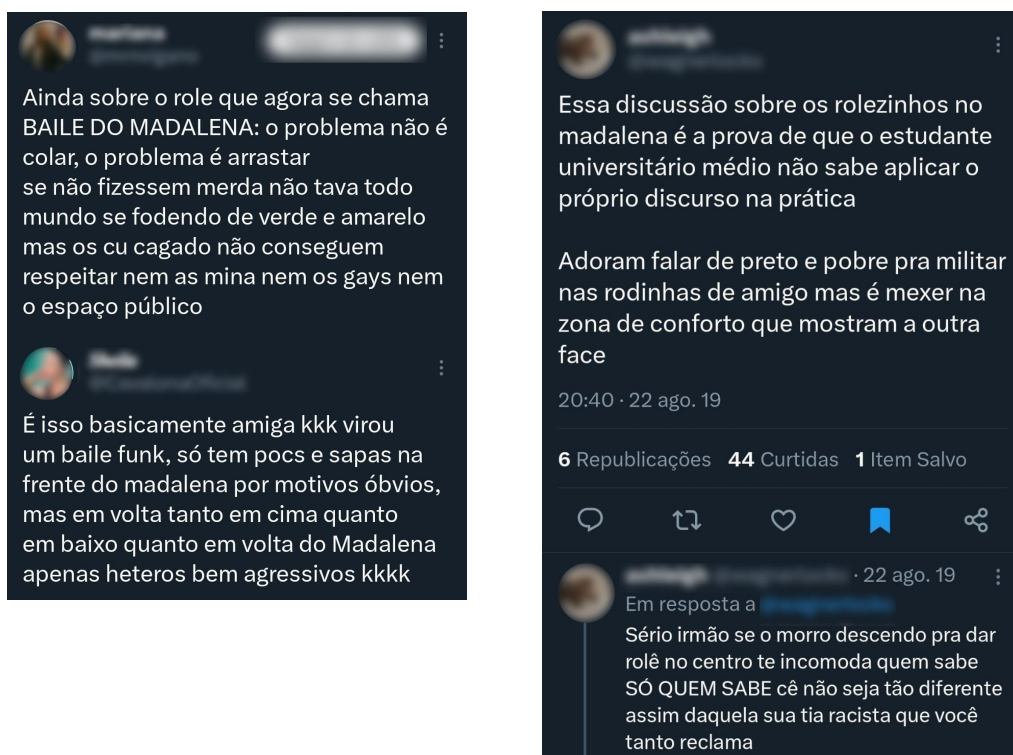
20 E não pertencente a subgrupos dito alternativos.

21 A exemplo disso, vimos com a classe média branca hetero cis na ocupação do 1007 e estamos debatendo agora sobre a ocupação de grupos hetero cis periféricos LGBTIfóbicos

22 Frases como “Hoje aqui está estranho”, “Vamos mais pra lá”, “Vamos pro outro lado da rua”, “Vamos pra outra rua” eram repetidas.

Tem Homofóbico no Rolê: Um Debate sobre Processos de Disputa Territorial no Lazer Noturno LGBTI+ na Porção Central de Florianópolis

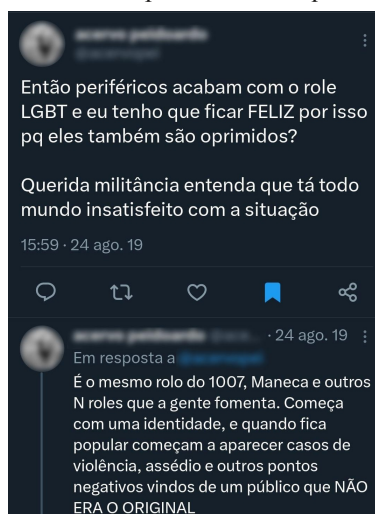
Figuras 8 e 9 - Na esquerda, apresenta um compilado de postagens que demonstram incômodo a possíveis desrespeitos de homens hetero durante o Baile do Madalena. Na direita, há a demonstração de desconforto com os incômodos e sugerindo a possibilidade de estes serem racismos velados



Fonte: Captura de tela alterada pelo autor e extraída em 19/10/2023..

Ademais, vale ressaltar que além do medo de LGBTIfobia em espacialidades LGBTI+ do Centro Leste, durante a realização dos Bailes do Madalena, assim como nos incômodos relatados sobre 1007, durante a pesquisa foram encontrados relatos em redes sociais que também apresentavam a sensação de uma invasão cis hetero em lugaridades queer. Só que agora, ao invés de hetero cis e abastada, hetero cis e de baixa renda.

Figura 10 - Demonstração de incômodo com a ideia de repetição de perda de espacialidade onde havia pertencimento queer



Fonte: Captura de tela alterada pelo autor e extraída em 19/10/2023.

Bruno Jordão de Miranda, Renata Rogowski Pozzo



Durante o processo das 7 entrevistas realizadas, a memória do Baile do Madalena está bastante viva nos frequentadores do Centro Leste. Como presente neste relato:

Dua: É muito engraçado, porque na rua teve uma mudança cronologicamente. Teve uma mudança aqui na rua [Rua Victor Meirelles]. A Rua do Madalena era ocupada pela galera que vinha para o Baile do Madalena, que era a galera mais que escuta funk, está sempre com as músicas bem altas com funk... ainda tem às vezes aqui [Rua Victor Meirelles] gente com caixa de funk bem alta, mas aquele aglomerado de pessoas não tem mais... Tu via mais diversidade. Eu via mais pessoas pretas, mais pessoas que num geral se fala “ahhh é o pessoal que mora mais nos morros e favelas, etc.”... Que eu acho que eles vinham pra cá pra não ficar sempre lá, pra não ser limitado aos espaços, porque ainda acontece muito baile lá em cima. Mas aí eu sei porque pessoas que eu conheço frequentam. Eu nunca fui, mas eles não vêm mais tanto aqui pra baixo nesse local aqui. Eles meio que migraram agora pra outra rua... pessoal lá na rua do Gatus.

Além da “Rua do Gatu’s” (bar presente na área), a Rua Tiradentes, em outras entrevistas foi relatado que parte do público que ouve funk na frente do bar Bro Cave migrou do Baile do Madalena. Outro disse que eles migraram para o canteiro central da Hercílio Luz à frente da Rua João Pinto, próximo ao Bro Cave. Em outra entrevista, foi colocado que esse grupo estaria hoje na frente do bar Fala Marquinho. No entanto, pelas minhas observações, essa migração não é do Baile em si, mas de parte de múltiplos subgrupos que frequentavam o baile e que agora microterritorializaram os seus “próprios bailes” de modo a criar espaços com aspectos sonoros, estéticos e de sexualidades diferentes de algo que era visto anteriormente como uníssono.

O baile parou de ocorrer com o início da pandemia, mas antes chegou a ser modificado de espaço para a Universidade Federal de Santa Catarina, como informado no Instagram da organização. Posteriormente, virou festa privada na casa de eventos Buddha Lounge na cidade vizinha de São José. Por fim, virou funk do Mc Allyson, que na letra de uma música descreve a ida de uma “patricinha” ao baile:

E o bagulho ficou louco
O que que deu com a paty?
Encostou no baile sozinha
Parou lá na favelinha
E os cria sem pena levou lá pro Madalena
E olha o que que aconteceu, olha o que que aconteceu
Ela embrozou, bebeu, sentou, desceu
Depois da puxada no narga que a novinha se perdeu
(Mc Allyson, 2019).

Conclusão

Este estudo investigou as dinâmicas de ocupação e negociação territorial nos espaços de sociabilidade queer, focando nas boates e ruas do centro de Florianópolis nos anos 2010. Ao analisar as práticas espaciais e as tensões entre diferentes públicos, identificou-se que a vivência queer nesses espaços envolveu uma constante negociação entre afirmação identitária e LGBTIfobia.

A territorialidade queer revela como poder e identidade moldam a construção e representação dos espaços urbanos. A interação entre aspectos materiais e simbólicos das microterritorializações demonstra como sujeitos LGBTI+ negociam sua presença no espaço público, enfrentando a invisibilidade imposta pela hegemonia heterocisnormativa. O conceito de gestão da exposição identitária surge como uma estratégia essencial para sobrevivência e afirmação de identidades dissidentes em um contexto de opressão. Assim, compreender o espaço urbano como um palco de conflitos e subversões destaca a importância de analisar representações espaciais e culturais, que tanto reforçam estruturas de poder quanto funcionam como instrumentos de resistência.

A disputa territorial na boate 1007 ilustra processos complexos de negociação, resistência e contestação. Inicialmente um espaço de liberdade queer, a boate tornou-se um local de conflito à medida que frequentadores cisheterossexuais passaram a ocupá-lo, reproduzindo, em alguns casos, comportamentos LGBTIfóbicos. Esse caso evidencia como espaços antes marcados pela fluidez identitária queer podem se tornar locais de exclusão, reforçando a necessidade de resistência territorial. Mesmo em locais voltados para a comunidade LGBTI+, a violência simbólica e física pode comprometer o sentimento de pertencimento e segurança.

Nos espaços públicos do Centro Leste, as disputas territoriais e sociais assumiram contornos ainda mais complexos. A instalação de bares voltados ao público LGBTI+ e a popularização da área resultaram em processos de contestação e reconfiguração territorial, influenciando a gestão do espaço público e redefinindo seu uso e identidade. No entanto, a presença de novos grupos, incluindo juventude heterossexual cisgênero de baixa renda, trouxe disputas que extrapolam identidade sexual e de gênero.

A instalação de espaços como os bares La Kahlo e Madalena e a realização dos “Bailes do Madalena” exemplificam como locais inicialmente voltados para um público específico podem se tornar pontos de fricção entre identidades dissidentes e estruturas hegemônicas, mas também entre diferentes grupos marginalizados. Essas dinâmicas revelam tanto práticas LGBTIfóbicas por parte da juventude heterossexual cis periférica quanto manifestações de racismo por parte da população LGBTI+ branca de média e alta renda.

A presença desses novos públicos provocou uma reconfiguração microterritorial moldada por fatores sociais e culturais, que se manteve em constante mudança. A migração de grupos para diferentes localizações no Centro Leste reflete uma dinâmica de adaptação e resistência, na busca por visibilidade e segurança, bem como por espaços que representem suas identidades.

As ações policiais, intensificadas com a transformação e popularização do Centro Leste, também refletem e ampliam essas tensões. O fenômeno dos Bailes do Madalena ilustra como a disputa territorial é permeada por questões de classe, raça e identidade de gênero, confirmando que o espaço urbano é um campo constante de negociação de pertencimento e visibilidade.

As dinâmicas territoriais apresentadas evidenciam a complexidade do estar juntos e a capacidade de adaptação da população queer em suas práticas de lazer noturno tanto nos espaços fechados, quanto no espaço da rua. E observamos como a partir do lazer noturno, é possível fazer uma leitura crítica e multifacetada das relações sociais contemporâneas e da construção dos territórios urbanos de resistência.

Referências

- ALLYSON, Mc. **Baile do Madalena (Áudio Oficial) Dj Róh**. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cGTJ39_X1xo&ab_channel=FunkFC. Acesso em: 10 mar. 2025.
- ALLYSON, MC. In: **Baile do Madalena**. Florianópolis: Funk FC, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ARARUNA, Maria Léo Fontes Borges. O direito à cidade em uma perspectiva travesti: uma breve autoetnografia sobre socialização transfeminina em espaços urbanos. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 8, p. 133-153, abr. 2018.
- ARAÚJO, Marcelo de. **Território de Lazer e Sociabilidade de Jovens LGBT no Centro de Florianópolis - SC**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- BORGUEZON, Vendelin Santo. **A escola**. 2023. Disponível em: <https://www.iee.sed.sc.gov.br/a-escola>. Acesso em: 10 mar. 2025.
- CARDOSO, Janaina *et al.* **Discriminação por Causa? Itinerários da Produção Científica Mundial Sobre Discriminação Racial e LGBT no Varejo: um Olhar sob o Prisma do Marketing**. XLIII Encontro da ANPAD-EnANPAD, 2019.
- CORRÊA, Juliane. **Bares gay friendly em Florianópolis: conheça os bares da cidade que estão abertos ao gay friendly e eclético**. 2013. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/bares/noticia/bares-gay-friendly-em-florianopolis>. Acesso em: 17 out. 2025.
- CORTÉS, José Miguel G. **Políticas do Espaço**. Arquitetura, Gênero e Controle Social. SENAC, 2008.

COSTA, Benhur Pinós da. Microterritorializações e microterritorialidades urbanas. **Terr@ Plural**, v. 11, n. 1, p. 10–30, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/10598>. Acesso em: 27 out. 2025.

COSTA, Benhur Pinós da. Perspectivas relacionais em geografias culturais e em estudos sobre as microterritorialidades das homossexualidades. **Geograficidade**, v. 10(Especial), p. 21-37, 2020.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma Geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes de. Heterocentrismo e Ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Universo Psi**, Taquara, v. 2, n. 1, p. 33-55, jan. 2020.

GÊNERO E NÚMERO. **Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral**. 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT Mortas no Brasil**: Relatório 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HENNING, Carlos Eduardo. **As Diferenças na Diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

IGOR, Renato. **Confusão na Av. Hercílio Luz em Florianópolis mostra que modelo ideal ainda não foi encontrado**. 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/confusao-na-av-hercilio-luz-em-florianopolis-mostra-que-modelo-ideal-ainda-nao-foi>. Acesso em: 10 mar. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria n. 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da paisagem

Bruno Jordão de Miranda, Renata Rogowski Pozzo

cultural brasileira. Diário Oficial da União, 5 de maio de 2009, nº 83, p. 17.

LEFEBVRE, Henri. **A Vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LUZ, Andréa da. **Insegurança, sujeira e baderna preocupam área leste do centro histórico de Florianópolis**: instituições públicas e da sociedade civil se reúnem para encontrar soluções. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/inseguranca-sujeira-e-baderna-preocupam-area-leste-do-centro-historico-de-florianopolis/>. Acesso em: 21 ago. 2025.

NSC TV. **Confusão é registrada no Centro de Florianópolis após novo horário de funcionamento de bares**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2019/08/26/confusao-e-registrada-no-centro-de-florianopolis-apos-novo-horario-de-funcionamento-de-bares.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

POLITIZE. **LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas**. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Daniel Kerry dos. **Modos de vida e processos de subjetivação na experiência de envelhecimento entre homens homossexuais na cidade de Florianópolis/SC**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Vitória Régia da. **Escassez de dados expõe a invisibilização da violência contra população LGBT+ na segurança pública**. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/escassez-de-dados-violencia-lgbt/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SOARES, Samara Sousa Diniz; STENGEL, Márcia. Netnografia e a pesquisa científica na internet. **Psicologia USP**, v. 32, p. e200066, 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/psicousp/article/view/202617>. Acesso em: 2 nov. 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STIGLIANO, Beatriz Veroneze; RIBEIRO, Helena; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Paisagem cultural e sustentabilidade: possíveis conexões e subsídios para políticas públicas e planejamento do turismo. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 22, n. 3, p. 632-650, dec. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rt/a/article/view/14267>. Acesso em:

7 maio 2025.

VIEIRA, Mayara. **Bares do Centro Histórico de Florianópolis vão fechar mais cedo nos próximos 30 dias.** 2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/bares-do-centro-historico-de-florianopolis-vao-fechar-mais-cedo-nos-proximos-30-dias>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VILLAÇA, Flávio J. M. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** São Paulo: Global Editora, 1986.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Bruno Jordão de Miranda: Conceituação; Análise Formal; Investigação; Metodologia; Escrita (primeira redação e revisão).

Renata Rogowski Pozzo: Conceituação; Metodologia; Escrita (revisão e edição).

**Recebido em 03 de novembro de 2024.
Aceito em 06 de agosto de 2025.**

Bruno Jordão de Miranda, Renata Rogowski Pozzo

